

A PEDAGOGIA DO CAPITAL: INDÍCIOS DE EDUCAÇÃO COMO INDÍCIOS DE VIOLÊNCIA E (DE) FORMAÇÃO DO TRABALHO¹

Nivânia Menezes Amâncio (1); Damares de Oliveira Moreira (2); Fábio José Cavalcanti de Queiroz (3)

(1. *Mestra em Educação, Universidade Federal do Ceará, E-mail: nivaniaamancio@hotmail.com* 2. *Mestranda em educação, Universidade Federal do Ceará, E-mail: damares.abu@gmail.com* 3. *Doutor em Sociologia e professor do departamento de história da Universidade Regional do Cariri, E-mail: queirozurca@yahoo.com.br*)

Resumo

Neste artigo, estudamos os elos que articulam a ação do capital e os processos de formação humana tendo como alvo prioritário a classe trabalhadora. Partimos de duas hipóteses: o capital, ao se valorizar, atua com a força de seus intentos e a violência de seus métodos; junto disso, como segundo requisito, oferece uma educação aos que trabalham debaixo de seu regime, que, em última instância, se mostra não só mitigada, mas, ao mesmo tempo, refém de um sistema no qual o cerceamento à liberdade do trabalhador, explícito ou não, desempenha papel decisivo. No entanto, apesar dos limites que cercam os processos de educação formal, os trabalhadores não podem abdicar de uma reivindicação-chave: a luta pelo acesso às objetivações históricas produzidas pela humanidade ao longo do tempo.

Palavras-chave: Pedagogia do capital. Violência. Educação. Trabalho

Introdução

As relações do chamado mundo do trabalho com a educação não nos parece uma temática esgotada. Inversamente, as nuances do capital, e suas conexões com o trabalho, mediante o uso de estratégias múltiplas e renovadas, impele o pesquisador a retomar sempre, e uma vez mais, os estudos que juntem as pontas desses fios soltos, trazendo a lume os laços e secessões que marcam os contatos e dissensões da sociabilidade do capital com os trabalhadores e o seu carecimento histórico no que se refere ao processo de instrução que lhe é devido. De modo sumário, diríamos que esse desenho inicial fundamenta e esclarece as diligências teórico-históricas a que nos propomos.

Neste sentido, estudamos os elos que articulam a ação do capital e os processos de formação humana tendo como alvo prioritário a classe trabalhadora. Do mesmo modo, analisamos o lugar da educação nos movimentos promovidos pelos trabalhadores e suas representações de classe. Para alcançar esses objetivos, partimos de duas hipóteses: o capital, ao se valorizar, atua com violência como se trouxesse consigo, não só a voracidade econômica, mas a força de seus intentos e a brutalidade de seus métodos; junto disso, como segundo requisito, oferece uma educação aos que

¹ Trabalho de pesquisa de pós-doutoramento.

trabalham que, em última instância, se mostra não só mitigada, mas, também, assente na restrição à liberdade do trabalhador.

Ao desenvolver essas hipóteses avançamos para um terceiro pressuposto: malgrado os limites dos processos de educação formal, no capitalismo, os trabalhadores não podem abdicar de uma reivindicação-chave: a luta pelo acesso às objetivações históricas produzidas pela humanidade ao longo do tempo. Essa inferência implica pleitear o direito à educação pública como condição necessária da formação humana daqueles que vivem da venda de sua força de trabalho. É para essa complexidade que se deve voltar todo aquele que almeja a emancipação da classe trabalhadora.

Por fim, nos apoiamos inicialmente no livro I de *O capital*, de Karl Marx, tomando-o não como uma receita para os problemas do século XXI, mas, necessariamente, como excelente ponto de partida para estudos nos quais os laços entre trabalho e educação, em seus múltiplos aspectos, possam ser plenamente desenvolvidos.

Desenvolvimento

Quando das exigências de que o Estado promovesse a instrução pública para os filhos da classe trabalhadora, não só afloraram instituições escolares para receber os rebentos dessa classe, mas nesses estabelecimentos de ensino se testemunharam como as classes dirigentes entendiam (e ainda entendem) a natureza desses espaços de formação voltados ao atendimento das demandas das famílias proletárias. Aliás, essas demandas começaram a se tornar exigências de certos ramos da produção industrial, carentes de uma mão-de-obra que recebesse uma formação escolar mínima.

Desse modo, em torno da produção, diretamente,

Surge a simples separação dos trabalhadores em qualificados e não qualificados. Para estes últimos, os custos de aprendizagem desaparecem por completo e, para os primeiros esses custos são menores, em comparação com o artesão, devido à função simplificada. E, ambos os casos diminui o valor da força de trabalho (MARX, 2013, p. 424).

Como se observa, o capital consegue reduzir seus custos com a preparação da força de trabalho sob o signo da maquinaria. As máquinas simplificam as tarefas e a simplificação das tarefas define o lugar e a profundidade do processo formativo do trabalhador. Mesmo o mais qualificado deles não traz embutidas na sua formação despesas exageradas intrínsecas às exigências de qualificação. Ainda hoje, certas tarefas da indústria exigem trabalhadores qualificados de modo mínimo. Inversamente, outra parte da atividade produtiva pode ser realizada pelo trabalhador cujo aprendizado, não raro, ocorre no âmbito da própria experiência profissional.

O aparecimento de funções novas, complementares ou distintas das até então existentes, durante certo tempo, exige novos investimentos com o intuito de equilibrar a procura de profissionais qualificados com a requisição industrial. Por exemplo: quando a maquinaria começou a ocupar espaço privilegiado, ao longo do século XIX, ocorreram situações que, à primeira vista, impeliram os capitalistas a se ater a tarefa de cobrar do Estado soluções para o impasse transitório que se abriu. Essa questão não deixou de ser notada por Marx: “Exceções ocorrem na medida em que a decomposição do processo de trabalho gera funções novas e abrangentes que no artesanato não existiam, ou pelo menos não na mesma extensão” (2013, p. 424).

Assim, grande parte das vezes, o capital mobiliza o Estado que ou subsidia de modo parcial a aprendizagem ou simplesmente a patrocina diretamente. Nos dois casos, o financiamento do exercício inicial de instrução da mão-de-obra se realiza mediante a utilização do fundo público. A questão é: até que ponto se pode falar desses processos como exemplos de formação humana?

Agora, à medida que a aprendizagem se torna indispensável para o cumprimento de certas funções produtivas, o capital não deixa de se empenhar com vistas a conceder ao Estado o encargo de instruir o trabalhador ou a futura mão-de-obra no que se faz necessário quanto ao adestramento da sua capacidade produtora. As mudanças que aconteceram na instrução pública, desde meados do século XIX, não nos autorizam, no entanto, a crer que a instrução pública para família trabalhadora se tornou qualitativamente distinta e naturalmente humana. É uma situação próxima do que aconteceu com a aplicação da maquinaria, em larga escala, no processo de produção. Do século XIX para cá, essa aplicação se alterou significativamente, mas, do ponto de vista da classe trabalhadora, a maquinaria e a grande indústria, em vez de aumentar o tempo livre da classe trabalhadora, a tornou ainda mais refém de sua potência hostil. A intensificação da jornada de trabalho, ao lado de horas extras custosas e alienantes, apenas demonstra que o capital maneja o progresso técnico, não a favor, mas contra aqueles que vivem da venda de sua força de trabalho. No caso da educação para o trabalhador, as mudanças que se deram ao longo de mais de um século e meio, desde a publicação de *O capital*, não conseguiram dotar o dono da força de trabalho de uma práxis que fizesse com que ele acrescentasse um novo significado a sua existência, humanizando a sua natureza, naturalizando a sua humanidade.

No que diz respeito a essa questão, a leitura de *O capital* nos autoriza a emitir um juízo inicial: a educação do trabalhador reflete um brilho quase opaco, pois funciona mais como indício do que como obra completa. Esse padrão de violência não é inteiramente tipificado. Ao trabalhador é oferecido um meio-estudo quando, com efeito, um meio-estudo não é exatamente o estudo de que

necessita aquele que produz a riqueza material da sociedade e recebe dela unicamente a pobreza instrutiva. Numa sociedade fundada na desigualdade, a formação desigual é a norma que se impõe. Essa compreensão tem como base o pressuposto de que a educação não pode ser igual para classes sociais cujos interesses e papéis históricos são radicalmente distintos.

Assim, em situações nas quais o Estado opera com políticas públicas de formação de mão-de-obra, ou de constituição de escolas profissionais, nota-se a mão invisível do capital indicando e propondo direções que o favoreçam; tendo em vista essa perspectiva, as deformidades desse tipo de formação sugerem que estamos perante uma caricatura daquilo que se pretende elevar até ao topo onde deveria se instaurar a riqueza humana. Do alto da montanha, distingue-se unicamente a caricatura capitalista da formação humana, sorridente e plácida, como se não cansasse de repetir o mesmo velho estribilho: “trabalhador, não te esquece de tomar nota de teus deveres”!

Aqui, é preciso enfatizar: a pedagogia do capital é uma pedagogia de ferro. Aos que atuam ativamente no mercado de trabalho, ela orienta a mais feroz exploração. Aos que são atirados além de suas fronteiras, ela sinaliza a mais sanguinária das expropriações, a do próprio direito ao trabalho. A violência muda sua forma, mas a raiz é a mesma, e diz respeito aos métodos violentos com os quais o capital submete o trabalho. A redução de salários, o desemprego, a escassez e as esmolas são meios pelos quais a violência do capital se manifesta em seus múltiplos efeitos. Enquanto reformadores, de todo tipo, formulam remédios milagrosos para restaurar a paz, sem demolir o sistema do capital, a exploração da força de trabalho se torna mais inescrupulosa. Esse é outro enunciado da pedagogia de ferro do capital.

Não é de espantar que as doenças, os baixos salários e o desemprego que atingem os trabalhadores, apareçam como “condições vitais do capital” e não como expressões de sua brutalidade regular, sem contar que a violência da produção capitalista é incompatível com o que Marx denomina de “produção de seres humanos desenvolvidos em suas múltiplas dimensões” (2013, p. 554). Essa indicação demonstra que a plena formação humana é um anelo que passa ao largo das preocupações do capitalista para com o trabalhador, retido em uma teia de sutilezas e ciladas, que, em última hipótese, mais esconde do que revela o conteúdo da brutalização que se harmoniza com o domínio do capital.

De fato, a violência do capital implica na utilização de métodos que induzem à “ignorância” e ao “embrutecimento”, ou, dito de outra maneira, determina a degradação física e espiritual da classe que vive da venda de sua força de trabalho. Eis outro modo de mostrar o significado preciso da noção de pedagogia de ferro. Em suma, à violência física se acrescenta a crueldade no terreno

espiritual, no qual consta a formação humana, que, no caso do conhecimento escolar do trabalhador, é aligeirada e obedece às premências próprias às vicissitudes do capital. Nesse processo de formação, os trabalhadores afiam os dentes e, em todo tempo no qual eles defrontam o poder de seu inimigo e instrutor, crescem como ameaça à ordem social existente, ainda que esse processo não seja linear, mas se interrompa e siga o seu curso à base de fluxos e refluxos que se alternam.

Todo esse quadro aguça e amadurece as contradições e antagonismos da forma capitalista e, “ao mesmo tempo, os elementos criadores de uma nova sociedade e os fatores que revolucionam a sociedade velha” (MARX, 2013, p. 571). Nesse cenário, em oposição à pedagogia de ferro do capital, com todo seu séquito de violências, assomam elementos de uma formação humana habilitada a ajudar o trabalhador na sua luta contra as brutalidades de seu antagonista. A luta de classes se converte em momento de grande significado formativo. A ação comum educa e disciplina o proletariado. Lentamente, são esmeradas as organizações de classe que reforçam o trabalho de educação básica e de educação política. As pautas das instituições operárias alcançam reivindicações de revigoração das escolas públicas e de mais verbas para educação da prole. Mobilizações despertam contingentes inteiros para essa luta. A velha sociedade, então, ainda que por alguns instantes, hesita perante os fatores que ameaçam subvertê-la. Uma nova pedagogia pede passagem. A sua letra é nítida, o seu conteúdo, cristalino, o seu devenir, explícito: *os expropriadores serão expropriados*.

A esse respeito, Costa (2010, p. 177) assinala que:

A educação é o solo particular onde se articula o processo de humanização por parte do indivíduo, que se apropria de valores, habilidades, conhecimentos, costumes, formas de pensar e agir, entre outras objetivações produzidas pelo desenvolvimento histórico da humanidade.

A questão se coloca concretamente nos seguintes termos: a educação deve estar ao alcance da classe trabalhadora. Malgrado os limites desse processo, ele pode oferecer aos trabalhadores a possibilidade de contato com as objetivações históricas produzidas, ao longo do tempo, pela humanidade, elemento essencial para qualquer projeto que ambicione uma genuína emancipação da criatura humana. Nesse quadro, o papel da educação pode vir a se constituir naquilo que Mézaros (2008, p. 115) nomeou de “componente crucial” do grande processo de transformação social.

Considerações Finais

Aqui, expusemos as contradições do processo de formação humana no âmbito do capitalismo, mostrando como este concebe o trabalho – unicamente como fator de valorização do

capital – e como isso não exclui o elemento da violência contra o indivíduo humano e, finalmente, os modos de manifestação desses processos no complexo da educação.

Depreendemos do estudo que se finaliza que, embora a aspereza e a crueldade do capital cobrem seu preço no que diz respeito à formação dos indivíduos, redundando em deformações nas atividades de instrução daqueles que vivem da venda de sua força de trabalho, é essencial e decisivo que os trabalhadores e as suas entidades representativas não se furtem a incluir na sua pauta reivindicatória a exigência de que o Estado ofereça ensino público, gratuito e de qualidade. Por dentro dessa luta, a demanda de uma crítica às formas institucionais conservadoras de instrução pública deve vir acompanhada da defesa de uma educação que aponte não para a preservação da ordem social existente, mas, no sentido de investir com ímpeto para além de seus toscos limites, quando a educação deixará de ser vista como certo adestramento para o trabalho e passará a ser entendida como expressão mais candente da liberdade humana.

Referências

- COSTA, Frederico Jorge Ferreira (org.). *Marxismo, história e educação*, in: **Vozes da FACEDI – reflexões, experiências e perspectivas em educação**, Fortaleza: EdUECE, 2010.
- MARX, K. **O capital**, livro I, São Paulo: Boitempo, 2013.
- MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**, São Paulo: Boitempo, 2008.